



XXII ENCONTRO NACIONAL DE DIDÁTICA E PRÁTICAS DE ENSINO

PARTICIPAÇÃO DOCENTE NA REFORMA DO CURRÍCULO DE PERNAMBUCO: A CONSULTA PÚBLICA COMO PROCESSO SITUADO NO CONTEXTO DE PRODUÇÃO DO TEXTO

Jacineide Gabriel Arcanjo – UFRPE
João Pedro de Almeida Dias – UFRPE
Edmaylsonn Jóia Leandro – UFRPE
Carmen Roselaine de Oliveira Farias - UFRPE

RESUMO

Este artigo examina parte do processo de produção do texto da política curricular de Pernambuco (Brasil), dando ênfase à fase de consulta pública conduzida a partir da Base Nacional Comum Curricular (BNCC). A pesquisa incluiu a análise de documentos para compreender a consulta pública como parte do chamado “contexto de produção do texto”, segundo a abordagem do Ciclo de Políticas de Stephen Ball e colaboradores. Como orienta o referencial adotado, o texto de política curricular é produzido a partir de um processo dinâmico de negociações, influenciado por relações de saber e poder que envolvem a interação complexa entre atores sociais que disputam os territórios discursivos do currículo. A análise documental realizada indica que a consulta pública apresentou limitações significativas no que diz respeito à participação e recepção de propostas advindas do público consultado, desde a formulação do instrumento que apresentou restritas opções de respostas vinculadas a habilidades específicas, afetando negativamente a possibilidade de diálogo e efetiva contribuição das comunidades escolares ao conteúdo do documento final.

Palavras-chave: BNCC, Currículo, Políticas públicas.

INTRODUÇÃO

A reforma curricular é um processo de revisão e atualização das políticas de currículo que pode ser motivada por mudanças nas expectativas educacionais, avanços tecnológicos, novas teorias pedagógicas ou outras demandas da cultura contemporânea. No Brasil, há tempos, as reformas vêm apresentando aspectos do sistema produtivo capitalista, ocupando importante lugar no interior das reformas do Estado para ajuste da escola às demandas do mercado que se tornaram hegemônicas (SAVIANI, 2016).

Em nível nacional, em 2017, foi homologada a Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Esse documento, considerado basilar para todo o sistema de ensino brasileiro, está fundamentado em várias políticas educacionais, entre elas, o artigo 210 da Constituição Federal, a Lei Federal 9.394/96 de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), os Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental (PCN) de 1997 (BRASIL, 1997), as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para Educação Básica (BRASIL, 2010) e os Planos Nacionais de Educação (PNE, 2001-2010 e 2014-2024).



XXII ENCONTRO NACIONAL DE DIDÁTICA E PRÁTICAS DE ENSINO

Neste trabalho, nossa atenção volta-se para o CPE de 2019 que segue as orientações da BNCC. Sua produção textual foi liderada por uma Comissão Estadual de Construção Curricular¹, envolvendo representantes da Secretaria de Educação e Esportes de Pernambuco, União dos Dirigentes Municipais de Educação de Pernambuco (UNDIME/PE), Conselho Estadual de Educação (CEE/PE) e União dos Conselhos Municipais de Educação (UNCME).

Construir a política curricular nos estados federativos foi um desafio em razão do contexto conflitivo e disputado da BNCC (CÁSSIO, 2017). Nesse sentido, para abordarmos o caso do estado de Pernambuco, lançamos mão da abordagem do Ciclo de Políticas, o qual assume que a política curricular tem natureza conflituosa e que atores sociais distintos lutam pela hegemonia na produção de sentidos no âmbito educacional (LOPES, MACEDO, 2011).

De fato, a abordagem do Ciclo de Políticas (BALL, BOWE, 1992) tem colaborado com muitas pesquisas em políticas curriculares educacionais no Brasil (MAINARDES, GANDIN, 2013) e vem favorecendo abordagens críticas e contextualizadas. Na visão adotada, as definições textuais e discursivas das políticas são moldadas em arenas onde surgem divergências e disputas. Nada está fixado de antemão, visto que a produção da política circula por pelo menos três diferentes contextos interconectados: o contexto de influência, o contexto da produção de texto e o contexto da prática.

No recorte apresentado neste trabalho, trazemos à discussão um microcontexto dentro do contexto da produção de texto do Currículo de Pernambuco (2019), que foi a “consulta pública”, momento este em que as comunidades escolares teriam sido convidadas à participação direta no processo decisório.

As questões que nos orientam neste trabalho são: como aconteceu a consulta pública? Que setores sociais participaram e como foi esta participação? Como podemos qualificar a participação de professores e professoras das redes de ensino nesta etapa de produção do currículo de Pernambuco? Diante dessas questões, temos por objetivo geral analisar a etapa da consulta pública como parte do processo de produção da política curricular estadual.

METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa de caráter qualitativa que pretende analisar o processo de produção do currículo da Rede Estadual de Pernambuco a partir da BNCC. A coleta dos dados se dividiu em duas etapas: 1. Pesquisa documental (Relatório final de construção curricular e a



XXII ENCONTRO NACIONAL DE DIDÁTICA E PRÁTICAS DE ENSINO

versão 1.0 do currículo disponibilizado na consulta pública); e 2. Pesquisa descritiva da consulta pública que fez parte do processo de produção do currículo de PE.

O foco deste artigo será direcionado a etapa da consulta pública, momento esse que aconteceu via plataforma online, seguindo o padrão utilizado pela BNCC. Os dados obtidos da consulta pública foram disponibilizados pela rede através do relatório final de construção do documento curricular analisado. Nessa etapa profissionais da área e indivíduos da sociedade civil mediante ao link convite e chamamento na plataforma digital, podendo contribuir no texto de produção do currículo de todos os componentes curriculares como também no texto introdutório do documento, bastava criar um usuário na plataforma digital constando a identificação do/a participante, o perfil (indivíduo, organização ou escola), a localidade (município) e para a qual arquivo iria ser depositada a sua contribuição.

Para análise dos dados utilizamos o método de estudo das políticas curriculares onde utilizamos o Ciclo de Políticas de Stephen Ball (2016) como aporte teórico metodológico, visando discutir o contexto de produção do texto durante o processo, a fim de reunir um conjunto de informações a serem documentadas e discutidas nesta pesquisa.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Em Pernambuco, estabeleceu-se um planejamento de produção de um currículo com o objetivo de envolver os profissionais da educação e a sociedade civil na discussão e proposição curricular, a partir da homologação da BNCC. Escolas das redes municipal, estadual e privada foram mobilizadas para analisar a versão preliminar do documento e fazerem suas proposições, realizando estudos e análises dos documentos curriculares existentes.

O processo de elaboração do Currículo de Pernambuco ocorreu em seis fases distintas: a) movimento chamado “DIA D” para apreciação e discussão da BNCC; b) alinhamento da BNCC com os documentos curriculares vigentes da Rede; c) realização de seis seminários regionais; d) consulta pública; e) um seminário estadual; e f) submissão ao Conselho Estadual de Educação. Todas as fases aconteceram no período de março a dezembro de 2018.

A consulta pública foi um momento crítico do processo, visto que os espaços para contribuições das habilidades estavam limitados com questões de múltipla escolha com opções “concordo” validando o texto, já o “concorda parcialmente” ou “não concorda” abria o precedente que a habilidade precisava ser reescrita no sentido de contextualizar, ampliar ou aprofundar, surgindo uma caixa de texto para contribuições adicionais. As sugestões

precisavam estar vinculadas às habilidades e seus respectivos códigos, o que restringia e limitava os espaços de discussão sobre o texto do currículo proposto, sem que houvesse ligações entre as outras diversas habilidades indo na contramão de um currículo sistêmico e espiral proposto. Diante dessas condições, o momento da consulta pública no geral contou 1.112 contribuições na plataforma no que tange à área de Ciências da Natureza e o texto introdutório, do 6º ao 9º ano do Ensino Fundamental (PERNAMBUCO, 2019). De acordo com tabela abaixo podemos entender alguns números da fase da consulta pública.

Tabela 1. Quantitativo de contribuições na fase da consulta pública do currículo de PE

Texto	Usuários Cadastrados	Usuários Participantes	Contribuições Efetivadas
Ciências da Natureza 6º ao 9º Ano	499	102	96
Texto Introdutório	613	134	42
Total	1112	236	138

Fonte: Dados construídos pela primeira autora (2024).

Nesse momento houve a participação da rede estadual, municipal e privada, sem que houvesse nenhuma contribuição de qualquer indivíduo que não estava atrelados a estas redes no que tange a área de ciências da natureza do ensino fundamental anos finais. Vale destacar que aproximadamente metade das contribuições para contextualizar, ampliar ou aprofundar as foram oriundas da rede privada, ponto interessante de ser destacado.

Considerando o teor das contribuições realizadas na plataforma podemos destacar a grande preocupação com o formato de currículo apresentado, como também a organização por habilidades e competências. O documento levantou discussões para que o professor de ciências reflita sobre a necessidade do rompimento de visões simplistas sobre ensinar Ciências trazidas a décadas, sendo essencial conhecer a habilidade e a competência a serem desenvolvidas.

Diante desse contexto Ball (2016) diz que analisar a política não se resume na leitura descontextualizada de seus textos e resultados, mas pela compreensão da política nos contextos em que está inserida e das relações sociais que participam desses processos. Essa concepção de política é o que tange a proposta analítica proporcionada pela Abordagem do Ciclo de Políticas, na forma de pensar e saber como elas são feitas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS



XXII ENCONTRO NACIONAL DE DIDÁTICA E PRÁTICAS DE ENSINO

Analisar uma política curricular como um processo dinâmico, permeado por relações de poder, onde há uma constante negociação de valores, interesses, significados, discursos e práticas. Esses elementos são contingentes e precários, rearticulando-se continuamente na luta pela hegemonia de ideias e ações. É crucial reconhecer que a elaboração de políticas curriculares envolve uma interação complexa e multifacetada entre diversos atores e interesses, refletindo uma dinâmica que vai além da mera implementação de normas estabelecidas.

REFERÊNCIAS

BALL, S. J. Entrevista com Stephen J. Ball: uma análise de sua contribuição para a pesquisa em política educacional. Entrevista concedida a Marina Avelar. **Archivos Analíticos de Políticas Educativas**, Tempe, v. 24, n. 24, p.1-18, fev. 2016.

BALL, S. J.; BOWE, R. El currículum nacional y su puesta em práctica: El papel de los departamentos de materias o asignaturas. **Revista de Estudios Del Currículum**. Buenos Aires, BA, Argentina n. 2, v. 1. 1998.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, LDB. 9394/1996.

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Matemática**. Ministério da Educação e do Desporto: Secretaria de Educação Fundamental. Brasília, 1997.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, DF: MEC, 2017.

MAINARDES, J.; GANDIN, L. A. A abordagem do ciclo de políticas como epistemologia: usos no Brasil e contribuições para a pesquisa sobre políticas educacionais. **Estudos epistemológicos no campo da pesquisa em política educacional**. Campinas: Mercado de Letras, p. 143-167, 2013.

PERNAMBUCO, Secretaria de Educação e Esportes. **Currículo de Pernambuco: ensino fundamental**. Recife, 2019 – 606p.

LOPES, A. C; MACEDO, E. Contribuições de Stephen Ball para o estudo das políticas de currículo. In: BALL, S. J.; MAINARDES, J. (Orgs.). **Políticas educacionais: questões e dilemas**. São Paulo: Cortez, 2011a.

CÁSSIO, F. Participação e participacionismo na construção da Base Nacional Comum Curricular. **Nexo**, 2017. Disponível em: www.nexojornal.com.br/ensaio/2017/Participação-e-participacionismo-na-construção-daBase-Nacional-Comum-Curricular . Acesso em 12 mar. 2024.

LOPES, A. C; MACEDO, E. **Teorias de currículo**. São Paulo: Cortez, 2011.

SAVIANI, D. **Educação escolar, currículo e sociedade: o problema da Base Nacional Comum Curricular**. Movimento. 2016; 3(4):54-84.